



Recebido: 02/10/2023 | Revisado: 25/12/2023 | Aceito: 07/02/2024 | Publicado: 01/03/2024



This work is licensed under a
Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

DOI: 10.31416/rsdv.v12i1.547

Mapeamento sistemático dos conflitos socioambientais nas serras da porção norte do Sertão da Bahia

Systematic mapping of socio-environmental conflicts in the mountains of the northern portion of the bahia hinterland

MARQUES, Robson dos S. Doutorando em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus III. Av. Dr. Edgard Chastinet Guimarães - Bairro São Geraldo - Juazeiro - Bahia - Brasil. CEP: 48.904-711 / Telefone: (74) 3611.6219 / E-mail: robson.marques699@gmail.com

MARQUES, Juracy dos Santos. Doutor em Cultura e Sociedade

Professor no Programa de Pós-graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental - PPGecoH. Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus III. Av. Dr. Edgard Chastinet Guimarães - Bairro São Geraldo - Juazeiro - Bahia - Brasil. CEP: 48.904-711 / Telefone: (74) 3611.6219; E-mail: juracymarquespshy@gmail.com

MELO, José Radamés Benevides. Doutor em Linguística e Língua Portuguesa

Professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Araraquara. Rodovia Araraquara - Jaú - São Paulo - Brasil. CEP: 14.800-901 / Telefone: (16) 3301.6200 / E-mail: radamesbenevides@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo foi identificar as categorias de conflitos socioambientais em comunidades dos municípios da porção norte das serras do sertão da Bahia, entre 2012 e 2022, suas motivações e os sujeitos neles envolvidos. Pelo mapeamento sistemático da literatura, procedeu-se a um levantamento, na literatura, em busca de relatórios, artigos, dissertações e teses relacionados aos conflitos socioambientais ocorridos nessas comunidades, passíveis de serem acessados na sua íntegra, tendo como bases de dados: Plataforma Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Web of Science*, *Scopus* e site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). As buscas possibilitaram acesso a 421 publicações, sendo 10 relatórios, 371 artigos, 33 dissertações e 7 teses. A pesquisa revelou um significativo número de publicações encontradas; porém, a quantidade de artigos, dissertações e teses direcionadas aos municípios e às comunidades da porção norte das serras do sertão baiano ainda se mostra aquém da necessidade de evidenciação das relações socioambientais conflituosas envolvendo os interesses comunitários, estatais e dos empreendimentos que se instalam e suas formas de exploração dos bens naturais. Também evidenciou que existe um relevante acervo informativo disponibilizado nos Relatórios de Conflitos de Campo da CPT, que identifica e registra, pelo menos três tipos de conflitos; os agentes envolvidos e as causas motivadoras dos conflitos socioambientais nessa região montanhosa.

Palavras-chave: categorias de conflitos, interesses comunitários, exploração dos bens naturais, regiões montanhosas, Brasil.

ABSTRACT

The objective of this article was to identify the categories of socio-environmental conflicts in communities in the municipal ities of the northern region of the sertão mountains of Bahia, between



2012 and 2022, the motivations and the subjects involved in them. By systematic mapping of the literature, we proceeded to a survey of the literature in search of reports, articles, dissertations and theses related to socio-environmental conflicts that occurred in these communities, which could be accessed in their entirety, using the following data bases: Platform Periodical Capes, Teses and Dissertations Catalogue (CTD), Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), Web of Science, Scopus, and the site of the Pastoral Land Commission (CPT). The searches provided Access to 421 publications, including 10 reports, 371 articles, 33 dissertations and 7 theses. The research revealed a significant number of publications found; but, the quantity of articles, dissertations, and theses directed at the municipalities and communities of the northern region of the Sertão Mountains of Bahia still falls short of the need to show the conflicting socio-environmental relations involving community, state, and enterprise interests that are installed and the ways of exploiting natural resources. It also shows that there is a relevant body of information available in the CPT Reports of Field Conflicts, which identifies and registers at least three types of conflicts; the agents involved; and the motivating causes of socio-environmental conflicts in this mountainous region.

Keywords: conflict categories, community interests, exploitation of natural resources, mountainous regions, Brasil.

Introdução

Almeida (2021), ao referir-se ao Movimento Salve as Serras e ao espaço geopolítico, ambiental, social e acadêmico de sua atuação, infere que o objetivo desse movimento é deflagrar campanhas de proteção ambiental com denúncias e mobilizações em defesa da preservação das cadeias de terrenos montanhosos, escarpas, elevações e quebradas que se estendem desde Minas Gerais, alcançando a porção mais ao norte em Jaguarari, na Bahia, até Pernambuco e Ceará adentro, regiões com predominância do clima tropical semiárido.

As serras do sertão norte da Bahia compreendem o extremo norte de uma cordilheira de montanhas denominada Serra do Espinhaço, apresentando suas extremidades coincidindo, na parte sul, com o município de Ouro Branco, em Minas Gerais e, na parte norte, com o município de Jaguarari, na Bahia - é o que descreve Barreto (2022). Já para Negreiros (2021), as Serras da Jacobina, como parte das serras do sertão norte da Bahia, compõem o relevo montanhoso dos municípios de Jaguarari, Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves, Pindobaçu, Mirangaba, Saúde, Caem, Jacobina, Miguel Calmon e Morro do Chapéu.

Ao lado do que defendem Barreto (2022) e Negreiros (2021), Siqueira e Lira (2021), utilizando imagens de média e alta resolução espacial (entre 5 e 30 m) da base de dados do PROBIO para gerar um polígono como divisor topográfico acima de 600 metros de altitude e plotando bases do “Brasil Milionésimo”, definiram sua área de estudo como sendo o complexo das Serras da Jacobina, considerando os municípios de Antônio Gonçalves, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Mirangaba, Pindobaçu, Piritiba, Saúde e Senhor do Bonfim.

Pela dimensão espacial, geográfica, política e biodiversa, para esta investigação - que se dedicou à identificação de categorias de conflitos socioambientais a partir de levantamento na literatura existente - a área de estudo definida foi a cadeia montanhosa que envolve os municípios de Piritiba (mais ao sul), Miguel Calmon, Jacobina, Caém, Saúde, Mirangaba, Pindobaçu, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Jaguarari (mais ao norte). Enquanto nomenclatura, adotou-se a que mais geograficamente a caracteriza, identificando-a como sendo a Porção Norte



das Serras do Sertão da Bahia.

Importante destacar que a área delimitada para a pesquisa faz parte de um complexo hidrogeológico territorial com rica biodiversidade de fauna e flora, no Bioma Caatinga com faixa de transição de Mata Atlântica, composta pelas bacias dos rios Itapicuru, Salitre, Paraguaçu e São Francisco. Essa região apresenta esplêndida riqueza paisagística e mineral e uma população de 369.928 habitantes (Brasil, 2022).

Desperta também a cobiça por grandes empreendimentos minerários, a exemplo da, Mineração *Gold Fields* (ouro), em Jacobina; garimpos de esmeralda em Pindobaçu e Campo Formoso; Mineração de Cromo (FERBASA), em Campo Formoso; Química Geral do Nordeste, em Miguel Calmon, com jazidas de Barita; *Ero Brasil*, com a extração do cobre em Jaguarari; dentre outros. Além disso, o referido território firma-se como potencial gerador de energia eólica e solar, a exemplo da prospecção para implantação do Projeto Manacá, da empresa *Quinto Energy* que, se concretizado, poderá ser o terceiro maior complexo híbrido (eólico e solar) do mundo e o maior do Brasil em geração de energia eólica e solar com projeção de implantar, nas serras de Campo Formoso e Jaguarari, 690 aerogeradores e 2,07 milhões de placas solares (Brasil, 2023).

Justamente por se encontrar nesse enclave de especiais interesses econômicos, sociais, ambientais e políticos, essa é uma região que pulsa desigualdades, injustiças, desequilíbrios nos ecossistemas e que, conseqüentemente, definem o modo de vida de milhares de moradores desse território, em especial, as vidas de camponeses em comunidades tradicionais. Dessa percepção, emergiu a indagação central desta pesquisa: **que categorias de conflito socioambiental têm sido apontadas e/ou analisadas nas literaturas acadêmicas e de mobilização social que se dedicam aos municípios da Porção Norte das Serras do Sertão da Bahia?**

Ao analisar os processos comunicacionais das expressões languageiras envolvendo as vozes dos(as) caatingueiros(as) num contraponto com as dos empreendimentos capitalistas que vêm sendo implantados na Caatinga, Lima (2020) infere que os conflitos são enunciados que revelam, de um lado, o modo de existência de uma população/comunidade (caatingueiros e caatingueiras). De outro, a concepção de que esses projetos modernizantes só podem vingar tal como foram/são concebidos, tendo que, para isso, anular os modos de vida daquela população. Essa autora discorre ainda que os conflitos são passíveis de serem ouvidos e compreendidos, mas que é preciso uma atenção diferente, sendo necessário ouvi-los como uma manifestação própria e fora dos discursos dominantes.

Segundo Santos (2012), os conflitos socioambientais são definidos pela competição desigual por bens naturais, por um lado, práticas socioeconômicas e culturais tradicionais e do outro a indústria extrativa mineral. Para o autor, a expansão da indústria extrativa mineral tem ampliado, fundamentalmente, o conflito socioambiental de base territorial: populações urbanas e rurais, tradicionais e indígenas, entre outros grupos afetados, têm seus direitos tradicionais desrespeitados recorrentemente, sob a proteção de um Estado cujas bases econômicas estão estruturalmente atadas ao projeto neoextrativista.

Soma-se à ideia de projeto neoextrativista trazida por Santos (2012), a percepção de que esses empreendimentos, e mesmo o Estado, se mostram inebriados, disseminando a ideia de energia



limpa associada às eólicas e às placas solares. Porém, deve-se atentar para o “*modus operandi*” das ações levadas à prática por esses empreendimentos, que provoca supressão vegetal, extinção de espécies (da fauna e da flora) em áreas de proteção ambiental, morte de nascentes, riachos e rios e acentuam a injustiça social - ao propor contratos de arrendamento/aluguel para usufruto das terras por períodos que podem chegar a 100 anos (contrato de 50 anos com possibilidade de ser renovado por mais 50 anos)- por um valor irrisório, se considerado o lucro que geram, entre outras práticas de degradação socioambiental.

Num futuro próximo, quando essas tecnologias para a produção de energia eólica e solar ficarem obsoletas, gerando lixões de sucatas nos topos das montanhas, como acontece com o descarte de resíduos da energia nuclear em cavernas inacessíveis, ficarão enterrados milhares de toneladas de concreto formando o que estamos chamando de *deserto de cimento*, onde, nunca mais, nada nascerá em solos dantes tão férteis e verdes.

Tendo como principal objetivo **identificar as categorias de conflitos socioambientais em comunidades do norte baiano no nordeste brasileiro, mais especificamente nos municípios que integram a porção norte das serras do sertão da Bahia, entre os anos de 2012 e 2022, suas motivações e os sujeitos neles envolvidos, procedeu-se a um levantamento, na literatura, dos trabalhos acadêmicos e de mobilização social relacionados aos conflitos socioambientais ocorridos nessas comunidades no período indicado.** Para esta revisão de literatura, metodologicamente, adotou-se o mapeamento sistemático como caminho a ser percorrido.

Para isso, depois de definida a questão da pesquisa e critérios de inclusão e exclusão para as buscas, foram criadas *strings* (expressões/argumentos de busca com operadores booleanos padrões) e acessadas as bases de dados Periódico Capes, Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD), *Web of Science*, *Scopus* e *site* da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para análise dos dados e organização das informações neste artigo.

Metodologia

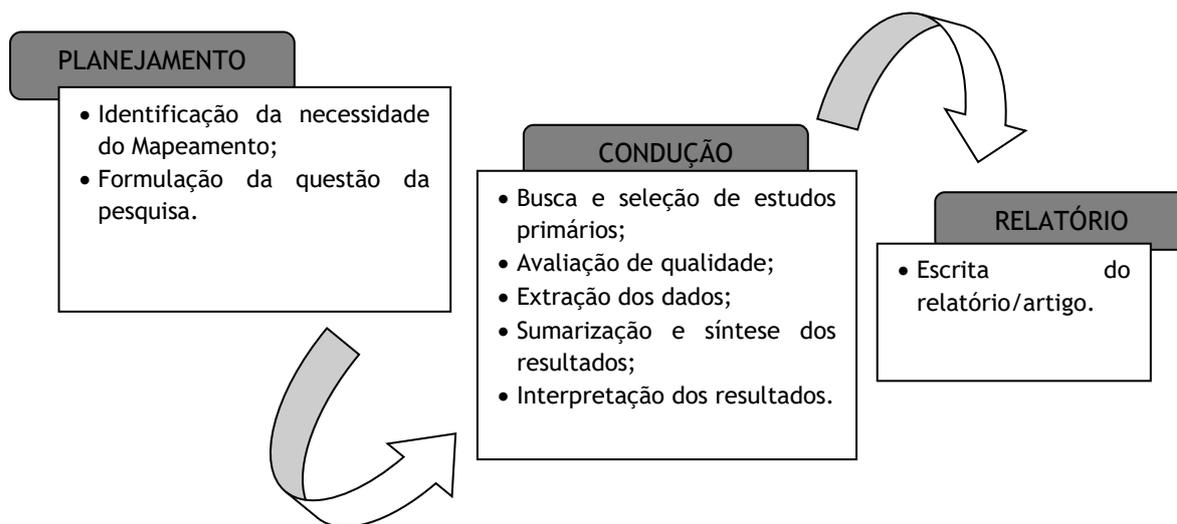
Mapeamento Sistemático

Demerval, Coelho e Bitencourt (2020) inferem que o Mapeamento Sistemático da Literatura é utilizado quando não é necessário responder com profundidade a questões específicas, mas para uma visão geral e amplificada de uma área determinada e que este tipo de estudo potencializa a categorização do tópico de pesquisa de interesse. É relevante o destaque dado pelos autores porque, citando apontam as diferenças entre um Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) e uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), afirmando que, fundamentalmente, essa diferença se ancora na formulação da questão de pesquisa. No primeiro, a pergunta da pesquisa é do tipo exploratória, exige menos profundidade na extração dos dados e tem foco na categorização dos estudos encontrados. Já a RSL tem escopo robusto e mais bem definido, é conduzida a partir de uma questão de pesquisa do tipo causal e busca sintetizar os resultados.

Sob as diretrizes de Kitchenham e Charters (2007), baseadas no método da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), respeitadas suas particularidades e diferenças em especial no rigor

da questão da pesquisa, este Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL) também se estruturou em três fases: planejamento, condução e relatório. Na primeira, a motivação induziu à questão da pesquisa; depois, a condução se deu com busca e seleção pelos estudos primários, avaliação, extração dos dados, sumarização, síntese e interpretação dos resultados; e, por fim, a escrita do relatório/artigo.

Figura 1 - Fases do processo de Mapeamento Sistemático.



Os porquês dos conflitos socioambientais

A rota idealizada para alcançar os resultados aqui descritos passou pelos caminhos, inicialmente, do *brainstorming* (uma tempestade de ideias e sugestões quanto às possibilidades de acesso às publicações, palavras-chave e descritores de busca) no coletivo da pesquisa, avançando para os critérios de inclusão e exclusão, arranjos nas *strings* de buscas e definição das bases de dados a serem acessadas.

Com o mapa mental esquematizado, o norte a seguir foi identificar, nas publicações, registros capazes de revelar as categorias, as motivações e os sujeitos envolvidos nos conflitos socioambientais ocorridos em comunidades localizadas nos municípios que formam a cadeia de montanhas da porção norte das serras do sertão da Bahia, entre as cidades de Piritiba e Jaguarari, no norte baiano, considerando as seguintes indagações (questões de busca - QB):

QB1: O que são conflitos socioambientais?

QB2: Qual a motivação para os conflitos socioambientais?

QB3: Que matriz energética (hídrica, eólica, minerária e/ou solar) é considerada? e

QB4: Quais são os sujeitos envolvidos nos conflitos socioambientais?

O trabalho das buscas

A procura atendeu a uma janela temporal de publicações ocorridas entre os anos de 2012 a 2022 e foi realizada nas bases de dados Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), *Web of Science*, *Scopus* e *site* da



Comissão Pastoral da Terra (CPT). As buscas foram norteadas pelo protocolo com a missão de encontrar respostas para as indagações feitas enquanto questões de busca (QB). Para tal, no campo de busca de cada base de dados, foram digitados argumentos/expressões (*strings*) e o retorno ou foi um quantitativo de publicações para avaliação e análise ou nenhum resultado encontrado.

A instrução protocolar definiu os seguintes argumentos (*strings* de busca) a serem identificadas no título, resumo e/ou palavras-chave das publicações, em português: (“Conflitos Socioambientais” OR “Impactos Ambientais e Sociais”) AND (“Regiões Serranas” OR Morros OR Montanhas) AND Nordeste AND Brasil; e “Conflitos Socioambientais” AND Bahia AND Brasil. E em inglês: (“Socio-environmentalConflicts” OR “Environmental and Social Impacts”) AND (Highlands OR “Mountain Rage” OR Mountains) AND Northeast AND Brazil; e “Socio-environmentalConflicts” AND Bahia AND Brazil.

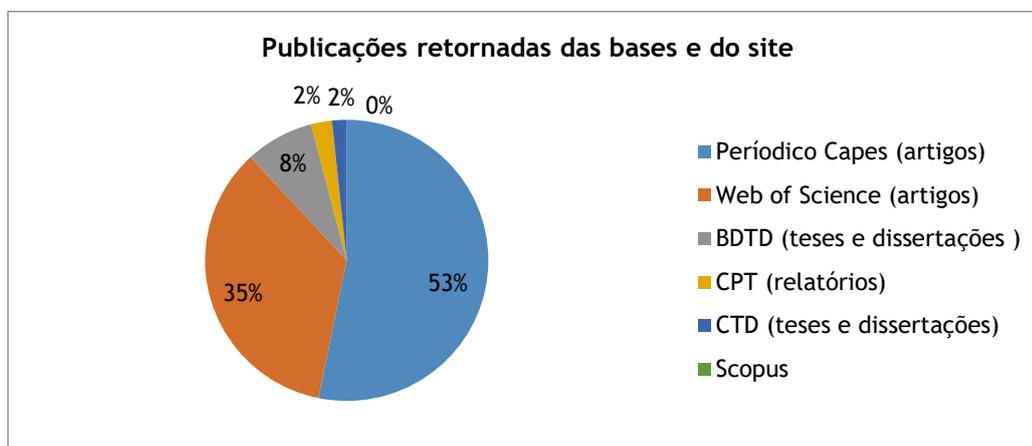
Tabela 1 - Trabalhos retornados por base de busca.

Bases de busca	Trabalhos retornados			
	Relatórios	Artigos	Dissertações	Teses
Periódicos Capes	0	224	0	0
CTD	0	0	5	2
BDTD	0	0	28	5
Web Of Science	0	147	0	0
Scopus	0	0	0	0
Site da CPT	10	0	0	0
Total	10	371	33	7

Fonte: autoria própria.

A Tabela 1 revela o quantitativo de trabalhos acessados por mecanismos durante o processo de busca em que foram encontrados: na Periódico Capes, 224 artigos (156 em português e 68 em inglês);na Catálogo de Teses e Dissertações, 2 teses (1 em português e 1 em inglês) e 5 dissertações (todas em português); na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, 5 teses (4 em português e 1 em inglês) e 28 dissertações (26 em português e 2 em inglês); na *Web of Science*, 147 artigos (14 em português e 133 em inglês); na *Scopus*, nenhum trabalho encontrado; e, no *site* da CPT, 10 relatórios (todos em português). As publicações encontradas seguiram para a etapa de seleção, avaliação e extração dos dados.

Figura 2 - Percentual das publicações retornadas das bases de dados e do site da CPT.





Seleção dos textos

Conforme Demerval, Coelho e Bitencourt (2020), os critérios de inclusão e exclusão devem ser aplicados a cada texto (artigos, relatórios, dissertações e teses) retornado das buscas nos repositórios das bibliotecas digitais. Ainda para esses autores, alguns critérios são definidos a partir de questões práticas das publicações, por exemplo: linguagem, tipo de publicação, período de publicação, entre outros.

Para a realização das buscas, e com o intuito de atender ao objetivo do mapeamento, os critérios de inclusão (CI) e de exclusão (CE) adotados levaram em conta os fatores de acesso, temporalidade, idiomas das publicações, repositórios e, em especial, a temática e a especificidade regional dos conflitos em município da região serrana da porção norte do Sertão da Bahia. Esses critérios foram tomados como diretrizes a serem atendidas em sua totalidade para que os trabalhos continuassem sendo avaliados e se mantivessem no mapeamento sistemático. Os Quadros 1 e 2 descrevem os critérios de inclusão e exclusão, respectivamente, definidos para a pesquisa.

Quadro 1 - Critérios de inclusão.

Critério	Descrição do Critério de Inclusão
CI1	Acesso integral à produção.
CI2	Trabalhos publicados entre os anos 2012 e 2022.
CI3	Trabalhos publicados em português.
CI4	Trabalhos publicados em inglês.
CI5	Trabalhos publicados em periódicos ou anais.
CI6	Trabalhos que façam alusão à região da porção norte das Serras do Sertão da Bahia.

Fonte: autoria própria.

Quadro 2 - Critérios de exclusão.

Critério	Descrição do Critério de Exclusão
CE1	Ausência de, pelo menos, uma palavra-chave de cada bloco temático da <i>string</i> de busca no título, resumo ou palavras-chave.
CE2	Não permitir acesso ao trabalho completo.
CE3	Não possuir relação com a área e/ou a temática proposta para o mapeamento.
CE4	Trabalhos duplicados.
CE5	Trabalhos publicados pelo Movimento Salve as Serras (SAS)

Fonte: autoria própria.

Realizadas as buscas e selecionadas as publicações para o cumprimento do protocolo que estabeleceu as estratégias para a pesquisa, os trabalhos foram selecionados e organizados para a extração dos dados, análise e interpretação das informações e descrição dos resultados.



Extração dos dados e resultados

Após acessadas as bases e encontrados os relatórios, artigos, dissertações e teses, com o auxílio das ferramentas *Start* e *Mendeley* (gerenciadores que auxiliam na pesquisa acadêmica), as publicações foram devidamente organizadas por pastas e seus arquivos identificados para melhor sistematização, avaliação, interpretação e tratamento das informações para a escrita final.

A partir dos argumentos estabelecidos, quando da busca nas bases, foram acessadas 421 publicações. Destas, não foi possível acessar a íntegra de uma tese e nem registros em um relatório da CPT do ano de 2013 (CE2). Também foram detectados 32 artigos com duplicidade (CE4), restando 388 publicações possíveis de serem acessadas em sua íntegra (CI1) para avaliação e extração dos dados, que foram analisadas individualmente, considerando três etapas consecutivas e dependentes: 1) leitura do título, resumo e palavras-chave; 2) leitura da introdução e conclusão; e 3) leitura completa.

Das 388 publicações que atenderam aos critérios de seleção, apenas em 9 trabalhos foi possível a identificação e extração de dados e informações capazes de responder às questões da pesquisa e contemplar as categorias definidas que faziam alusão à porção norte das Serras do Sertão da Bahia (CI6) e não foram publicadas pelo Movimento Salve as Serras (CE5). A Tabela 2 expõe o quantitativo de publicações acessadas com suas respectivas bases de dados, *site* e critérios.

Tabela 2 - Publicações incluídas ou excluídas pelos critérios definidos.

Bases	Critérios de Inclusão (CI) e Critérios de Exclusão (CE)										
	CI1	CI2	CI3	CI4	CI5	CI6	CE1	CE2	CE3	CE4	CE5
Periódicos	224	224	156	68	224	0	224	0	224	12	0
Capes											
CTD	06	07	6	1	07	0	07	1	07	0	0
BDTD	33	33	30	3	33	0	33	0	33	0	0
Web of Science	147	147	14	133	147	0	147	0	147	20	0
Scopus	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Site da CPT	10	10	10	0	10	9	1	0	1	0	0
Total	420	421	216	205	421	9	412	1	412	32	0

Fonte: autoria própria.

Análise e discussão

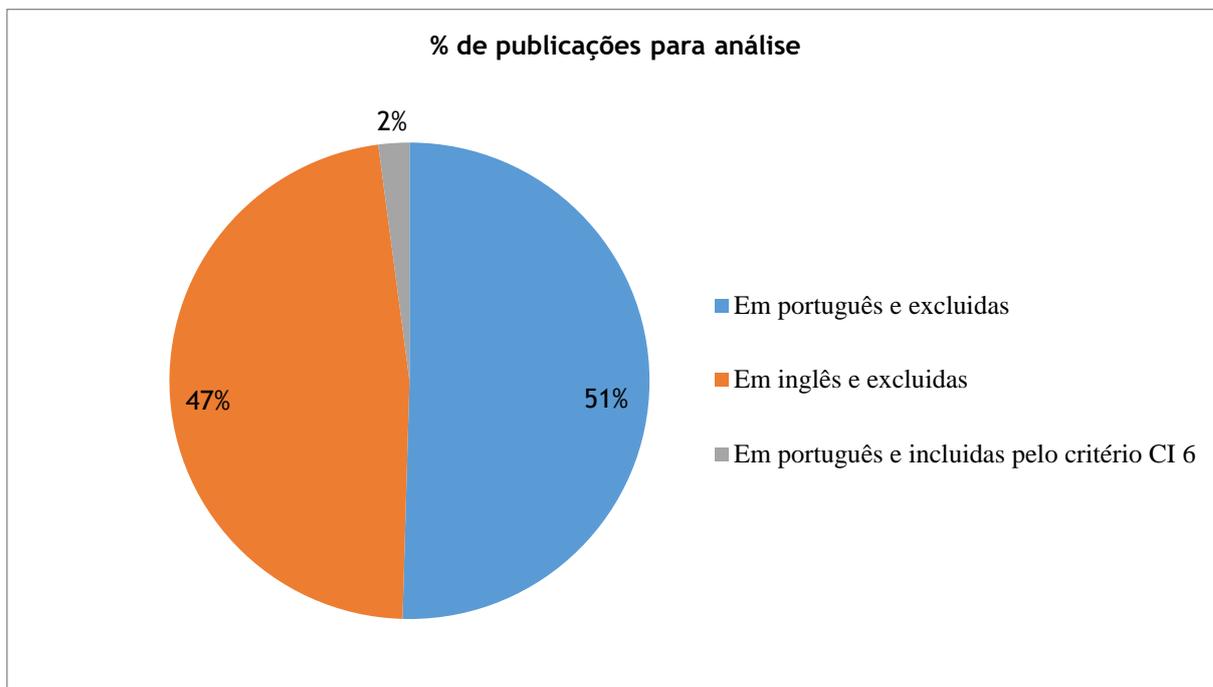
Do planejamento até a escrita final deste artigo, a pesquisa foi conduzida com o propósito de sistematização de informações sobre o estado da arte das publicações acerca dos conflitos socioambientais registrados nos municípios da porção norte das serras do sertão da Bahia (Piritiba, Miguel Calmon, Jacobina, Caém, Saúde, Mirangada, Pindobaçu, Antônio Gonçalves, Campo Formoso, Senhor do Bonfim e Jaguarari), entre os anos 2012 e 2022 e que revelassem suas causas, agentes envolvidos e possíveis classificações.

Essa pesquisa revelou que é considerável o número de publicações que tratam dos conflitos socioambientais encontradas pelas buscas: 423. Destas, 218 em português (pouco mais de 51,53%) e 205 em inglês (aproximadamente 48,43%). Ao mesmo tempo, gerou estranheza a revelação de apenas 9 publicações, um pouco acima de 2,12%, fazerem referência à área de recorte para análise



(serras da porção norte do sertão da Bahia) e que esse baixo número de publicações ou pode estar associado ao quantitativo de bases acessadas (se considerado como poucas) ou mesmo à discriminação estrutural acadêmica por se tratar de uma região semiárida, baiana, sertaneja e nordestina.

Figura 3 - Gráfico do percentual de publicações excluídas e incluídas pós-extração das bases de dados.



Destaca-se, dentro da lógica colonial sob a qual sempre foi visto o Brasil e, sobretudo o Nordeste, que, mesmo estando numa região de grandes riquezas minerárias, quase nada dessa riqueza fica no Brasil e nem tão pouco no sertão. Trata-se de uma forma atualizada de exploração colonial que tem na Lei Kandir (BRASIL, 1996), que exclui taxaço sobre produtos não manufaturados, uma de suas principais colunas dorsais. Portanto, a invisibilidade que se observa nesse levantamento não é algo natural, mas, sobretudo, um planejado projeto político de poder e domínio colonial.

Ainda que haja uma limitação metodológica ou que estejam enraizados o preconceito e a discriminação da produção acadêmica, essa revisão traz à luz o fato de que a Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 e vinculada à Igreja Católica, desde sempre, lida com os conflitos ocorridos envolvendo homens e mulheres que vivem no espaço rural e que têm, no uso da terra e da água, o seu sistema de sobrevivência e dignidade humana.

Numa análise quanto aos achados nas buscas, consideramos o perfil dos agentes envolvidos (camponeses e moradores de comunidades tradicionais; empresas: majoritariamente, mineradoras; e a ação ou omissão do Estado) bem como os tipos de conflitos identificados (por terra, por água e trabalhista) para discutirmos o que nos revelou essa pesquisa.

Ficou notória a divergência de interesse quanto ao uso dos bens minerais, visto que, de um lado, a exploração se dá, demasiadamente pelas empresas, a níveis de extração exaustiva de minérios da terra, pelo uso inadequado, contaminante e/ou escassez da água ou mesmo pela



desumana condição trabalhista de escravidão. De outro lado, pessoas, associações, comunidades e movimentos ambientais que se mobilizam com ações de enfrentamento e resistência em contraponto àquelas práticas destrutivas e em defesa do meio ambiente e pela própria sobrevivência.

Porém, foi a atuação (ação ou omissão) do Estado baiano que se mostrou incompatível com a sua tutela enquanto órgão que autoriza, regula e fiscaliza o funcionamento de mineradoras e garimpos que, por muito, favoreceu o desequilíbrio da balança entre os empreendimentos minerários e garimpeiros e os camponeses e comunidades tradicionais tendendo para aqueles ao invés de fortalecer as pessoas e os movimentos ambientalistas, ecológicos, que lutam por um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

O Estado se mostrou e se mostra conivente com os empreendimentos quando deixou ainda deixar à deriva o povo que precisava e precisa de políticas públicas que assegurem a inviolabilidade dos territórios tradicionais, que sejam protetoras das nascentes e dos topos de serras, que preservem os mananciais e corpos hídricos na zona rural, que não incentivem sua privatização e nem a sua contaminação. Observamos, também, a atualização desse comportamento ecocida do Estado baiano nas políticas recentes de apoio à implantação de megaparques eólicos e solares nos topos das serras da porção norte do sertão da Bahia.

Das categorias

Nessa investigação, suscitamos inicialmente, enquanto hipótese, três categorias analíticas que pudessem compor o cenário dos conflitos socioambientais na porção norte das serras do sertão da Bahia: a) *tipos de conflitos*, para sua identificação e descrição; b) *causas motivadoras*, para compreensão das origens dos conflitos; e c) *sujeitos envolvidos*, para evidenciar as relações estabelecidas entre os atores dos conflitos.

Identities que revelam ações

Para a Comissão Pastoral da Terra (CPT) os conflitos no campo são ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, pela água, pelos direitos e pelos meios de trabalho ou produção e ainda que essas ações podem acontecer entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2021, p. 12). A análise dos nove anos da CPT, nos últimos dez anos, possibilitou detectar que há três tipos de conflitos “socioambientais” que ocorrem nessa região serrana: conflitos por terra, conflitos por água e conflitos trabalhistas.

Os conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra, pelo acesso aos recursos naturais e/ou que garantam o direito ao extrativismo, incluindo as ocupações/retomadas e os acampamentos. Já os conflitos por água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas, combater a apropriação privada dos recursos hídricos, enfrentar a cobrança pelo uso da água no campo e de lutar contra a construção de barragens e açudes, em ações de empatia aos atingidos por barragens que lutam pelos territórios expropriados. Esses conflitos por água envolvem também



povos e comunidades frente à mineração (CPT, 2021, p. 12-13).

O terceiro tipo de conflito identificado nos anais da CPT foram os “conflitos trabalhistas”, que compreendem os casos em que a relação trabalho *versus* capital indica a existência de trabalho escravo e superexploração. Estão incluídas nesse rol, também, as greves (CPT, 2021, p. 12).

Causas motivadoras

Para as causas que levam aos conflitos, a CPT revela o *modus operandi* de empreendimentos minerários e agrícolas (extrativista, exploratória e degradante) *versus* os modos de vida das comunidades rurais na defesa da terra para o cultivo, preservação de áreas (fundo e fecho de pasto) para a criação de animais, uso racional da água e mobilização por falta ou omissão do Estado na efetivação das políticas públicas. Para a Comissão Pastoral da Terra, os fatores que originam os conflitos também estão ligados à exploração da mão-de-obra. Além disso, em potencial, as principais matrizes energéticas identificadas nas publicações foram a água e a terra (CPT, 2012-2021).

Sujeitos envolvidos

Quanto aos agentes envolvidos nos conflitos registrados nas comunidades que compõem a porção norte das serras do sertão da Bahia, registram-se camponeses de fecho e fundo de pasto, garimpeiros, comunidades tradicionais, mineradoras e fazendeiros, ora para empreender em nome do desenvolvimento capitalista - que tem os bens naturais como recursos naturais e os exploram até sua exaustão; ora para resistir à forma do uso dos bens hídricos e minerais e reivindicar posse ou mesmo para não ter áreas de fundo e fecho de pasto invadidas, ou para preservá-las. Existem também registros de fortalecimento comunitário quando a mobilização se mostra enquanto luta, resistência e enfrentamento à ausência das políticas públicas nesses territórios, revelando ação ou omissão do Estado.

Resultados e discussões

Conflitos socioambientais nas serras da porção norte do sertão da Bahia

Os relatórios da CPT registraram a ocorrência de 95 conflitos em comunidades das serras da porção norte do sertão da Bahia entre os anos de 2012 e 2021; sendo 72 por terra, 2 trabalhistas e 21 por água. Nesse mesmo período, em nível nacional, foram registrados 11844 conflitos por terra, 1140 trabalhistas e 1920 por água. Simultaneamente, em todo o Estado da Bahia, registrou-se um total de 1631 conflitos: sendo 1142 por terra, 51 trabalhistas e 438 por água. Ressalta-se que, dos onze municípios que compõem essa região serrana (Antônio Gonçalves, Caém, Campo Formoso, Jacobina, Jaguarari, Miguel Calmon, Mirangaba, Pindobaçu, Piritiba, Saúde e Senhor do Bonfim), apenas em Caém, Piritiba e Saúde não foi registrado nenhum conflito nesse período. Lembre-se ainda, que, no ano de 2013, não houve registro de conflitos em nenhum município dessas serras.

Em 2012, houve o registro de um conflito trabalhista, superexploração com 5 denúncias no



garimpo “Deus é Maior”, da Serra de Carnaíba, em Pindobaçu; um conflito por água em Jacobina, envolvendo 300 famílias das comunidades de Canavieiras, Itapicuru, Jaboticaba e a Mineração *Yamana Gold* (atualmente *Gold Fields*), pelo uso e preservação da água; e um conflito por água em Miguel Calmon, envolvendo 300 famílias da comunidade de Itapura e a empresa Química Geral do Nordeste pelo uso, preservação, distribuição e/ou poluição da água (CPT, 2012).

No ano de 2013, não foi registrado nenhum conflito, mas, no ano de 2014, foram documentados quatro conflitos por terra (Campo Formoso, Jacobina, Mirangaba e Pindobaçu) com, pelo menos, 152 famílias envolvidas e as empresas Ferbasa (Campo Formoso), *Yamana Gold* (Jacobina) e camponeses (Mirangaba/Pindobaçu). Além desses, no mesmo ano, houve três outros conflitos pelo uso e preservação da água em Campo Formoso, com a empresa Ferbasa (sem a mensuração do número de famílias envolvidas) (CPT, 2014).

Já em 2015, foram registrados quatro conflitos por terra: três com o envolvimento de 158 famílias de pequenos proprietários, camponeses de fundo e fecho de pasto e camponeses do projeto de assentamento Serra Verde (2 em Mirangaba e 1 em Senhor do Bonfim); e um conflito envolvendo 150 famílias e a Mineração *Yamana Gold*, em Jacobina. Também foram documentados outros três conflitos - agora, pelo uso, preservação e contra a apropriação particular da água -: sendo dois em Campo Formoso e um em Mirangaba, envolvendo 380 famílias (CPT, 2015).

Em 2016, foram registrados oito conflitos no campo das Serras do Sertão da Bahia: cinco conflitos por terra (2 em Antônio Gonçalves - Comunidade Quilombolas de Tijuacu e camponeses de fundo e fecho de pasto: 2 em Campo Formoso - com, pelo menos, 55 camponeses de fundo e fecho de pasto e pequenos proprietários; e 1 em Jacobina - 150 famílias de pequenos proprietários e a Mineração *Yamana Gold*). Também nesse ano, houve registros de três conflitos por água em Campo Formoso, envolvendo 80 famílias de comunidades rurais e a Mineração Ferbasa e um conflito em Miguel Calmon, envolvendo 300 famílias da comunidade de Itapura e a empresa Química Geral do Nordeste pelo uso, preservação, distribuição e/ou poluição da água (CPT, 2016).

Consta que, em 2017, houve oito conflitos por terra: um, em Antônio Gonçalves, envolvendo 224 famílias da Comunidade Quilombolas de Jiboia, e sete, em Mirangaba, envolvendo 1192 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto. Nesse mesmo ano, aconteceram dois conflitos em Jacobina, pela apropriação particular da água, com o envolvimento de 796 famílias de comunidades rurais e a *Yamana Gold* (CPT, 2017). Em 2018, os registros foram de quatro conflitos por terra em Mirangaba, envolvendo 440 famílias de fundo e fecho de pasto e dois conflitos por água em Jacobina, envolvendo 700 famílias de comunidades rurais e a *Yamana Gold* (CPT, 2018).

No ano de 2019, foram registrados oito conflitos por terra envolvendo, pelo menos, 626 famílias de pequenos proprietários, famílias camponesas de fundo e fecho de pasto e famílias de posseiros (1 em Antônio Gonçalves, 2 em Campo Formoso, 1 em Jacobina, 2 em Mirangaba e 2 em Senhor do Bonfim). Registraram-se, também em 2019, dois conflitos pelo uso, preservação e apropriação da água em Campo Formoso, envolvendo 200 famílias de comunidades rurais e um em Mirangaba, envolvendo 100 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto pela não apropriação particular da água (CPT, 2019). Em 2020, foram contabilizados doze encontros por terra (2 em Jaguarari - pequenos produtores da Serra dos Morgados e camponeses de fundo e fecho de pasto da



Comunidade de Corrência - e 10 conflitos em Mirangaba, com 780 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto); um conflito pelo não cumprimento de procedimentos legais acerca de barragem em Jacobina, envolvendo 86 famílias de comunidades rurais; e um conflito trabalhista em Jacobina, na Fazenda Seriema, com 31 denúncias e 14 libertos (CPT, 2020).

Em 2021, foram documentados 26 conflitos por terra (6 em Antônio Gonçalves; 12 em Campo Formoso, com, pelo menos, 280 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto e de pequenos proprietários; 1 em Jacobina, com 13 famílias de sem-terra; 1 em Jaguarari, com 30 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto da Comunidade de Corrência; 5 em Mirangaba, com 450 famílias de camponeses de fundo e fecho de pasto; 1 em Senhor do Bonfim, com 12 famílias de sem-terra). Também houve registro de um conflito em Jacobina pelo não cumprimento de procedimentos legais quanto a barragens e açudes, envolvendo 86 famílias das comunidades de Canaveira, Itapicuru e Jabuticaba (CPT, 2021).

Tabela 3 - Conflitos de campo identificados e registrados pela CPT entre 2012 e 2021.

CONFLITOS NO CAMPO NA PORÇÃO NORTE DAS SERRAS DO SERTÃO DA BAHIA											
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Conflitos por Terra	0	0	4	5	5	8	4	8	12	26	72
Conflitos por Água	2	0	3	3	4	2	2	3	1	1	21
Conflitos Trabalhistas	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
											95

Fonte:Relatórios “Conflitos no Campo Brasil dos anos de 2012 a 2021”. Disponíveis em: <<https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>>. Acesso em: mar. 2020-mar. 2021.

Tabela 4 - Conflitos registrados nos últimos 10 anos nos municípios das serras da porção norte do sertão da Bahia.

Conflitos Socioambientais nos últimos 10 anos (2012-2021) nas serras do sertão da Bahia			
Municípios	Por terra	Por água	Trabalhista
Antônio Gonçalves	10	00	00
Caém	00	00	00
Campo Formoso	17	12	00
Jacobina	05	07	01
Jaguarari	03	00	00
Miguel Calmon	00	01	00
Mirangaba	32	01	00
Pindobaçu	01	00	01
Piritiba	00	00	00
Saúde	00	00	00
Sr. do Bonfim	04	00	00
Total	72	21	02

Fonte:Relatórios “Conflitos no Campo Brasil dos anos de 2012 a 2021”. Disponíveis em: <<https://cptnacional.org.br/downlods/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>>. Acesso em: mar. 2020-mar. 2021.



As Tabelas 3 e 4 mostram que, nos últimos 10 anos (entre 2012 e 2021), a CPT registrou 95 conflitos no campo nos municípios da porção norte das serras do sertão da Bahia, sendo identificados 72 conflitos por terra, que representam 75,8% de todos os conflitos na região; 21 conflitos por água, 22,1% do total; e 2 conflitos trabalhistas, que representam pouco mais de 2,1%.

Revelam ainda que os conflitos no campo, nas serras da porção norte do sertão da Bahia, entre 2012 e 2021, representam, aproximadamente, 0,6% dos conflitos nacionais e 5,8% de todos os conflitos registrados no Estado baiano. Também que, considerando-se os 417 municípios da Bahia, os municípios que compõem as serras da porção norte (11) representam um pouco mais de 2,6% do território baiano.

Pelos dados foi possível constatar que nessa região existe uma forte e desproporcional concentração de conflitos e evidenciar a natureza motivacional como sendo por regularização fundiária, exploração de minérios, uso, preservação e destinação de bens hídricos e exploração do trabalho.

Portanto, foi possível compreender que o Estado precisa ser responsabilizado pelas suas ações e/ou omissões, pois, ao reflexo dos dados dos relatórios, não está cumprindo seu dever de zelar pelo povo e pelo meio ambiente do qual depende a sobrevivência desse mesmo povo; indo numa direção permissiva aos empreendimentos que degradam e exploram os ambientes de montanha até a exaustão dos bens, deixando todo o passivo para as pessoas que moram em comunidades tradicionais (fundo e fecho de pasto, quilombolas, pescadores, extrativistas, posseiros, entre outras).

Considerações finais

Nos nove relatórios, dos dez acessados entre os anos de 2012 e 2021, os anais “Conflitos no Campo Brasil” da Comissão Pastoral da Terra (CPT) evidenciaram que, enquanto conceito, a CPT aplica e entende a expressão “conflitos no campo” como sendo ações de resistência e enfrentamento, admitindo que podem acontecer em diversos contextos sociais, ainda que suas publicações se voltem para o âmbito rural. Neste sentido, coadunamos com Santos (2012), que atribui aos conflitos socioambientais a competição desigual por bens naturais, colocando, de um lado, os interesses e práticas sociais, econômicas e culturais das comunidades tradicionais e, do outro lado, as práticas industriais extrativistas, assentindo que os conflitos socioambientais são de base territorial nos quais todas as populações, incluindo urbanas, têm seus direitos tradicionais desrespeitados recorrentemente e sob tutela do Estado.

Ao estabelecer as relações de interdependência dos modos de vida, incluindo a humana e as demais presentes no ambiente, intrinsecamente, pactua-se com o apelo ao direito à vida: o direito à vida das pessoas respeitando suas manifestações e ritos culturais; o direito à vida das árvores, dos pássaros e de toda a biodiversidade; o direito à água de qualidade com a preservação de nascentes, rios e riachos; o direito a um ambiente equilibrado. Também o direito de produzir energia, de gerir bens para o retorno de capital e movimentar a economia com racionalidade, bem como a responsabilização do Estado para a regularização, fiscalização e manutenção desse acordo. O



problema é que, quando esses acordos/direitos são ameaçados, desrespeitados e transgredidos, o embate se instala e as pessoas que formam as sociedades (sociedade anônima - S/A para algumas empresas, sociedade civil organizada ou sociedade representada pelo Estado) entram em conflito. Nesse caso, conflitos socioambientais, que especificamente para esta análise, registraram-se no campo da disputa pelas formas de uso e exploração da terra, pelo direito às águas e seus usos/fins e por condições dignas de trabalho.

Diante do exposto e pelas contribuições elencadas, faz-se preciso dedicação de estudos e mais publicações para descrição, interpretação e análises dos cenários mais generalizados ou mesmo particulares marcados pelos conflitos socioambientais nos municípios das serras da porção norte do sertão da Bahia que tanto formatam os modos de viver campesino ou urbano de quilombolas, pescadores, camponeses de fundo e fecho de pasto, pequenos proprietários, enfim todos os moradores dessas serras.

A contribuição deste trabalho pode estar no alerta feito aos acadêmicos para voltarem seus projetos e publicações para uma ecologia socioambiental de conflitos nessas serras que nutrem sonhos do pequeno proprietário rural ao grande empresário do capital e mesmo do gestor de política públicas.

As nossas investigações científicas devem voltar-se também para desnudarem-se os mecanismos de exploração dos bens naturais e das vidas e almas dos ecossistemas que estruturam as Serras da porção norte do sertão da Bahia. Além disso, essas pesquisas devem estar comprometidas com estudos para evidenciação das relações que o poder público estabeleceu, estabelece e pretende estabelecer com os empreendimentos do capital extrativista e exploratório, com as pessoas que tradicionalmente vivem nessas serras e com os bens minerários, eólicos e hídricos.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O Movimento Salve as Serras no Verde Campo de Batalha dos Refugiados Climáticos. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). **Ecocídio das Serras do Sertão**. Ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 13-32.

BAHIA. INEMA. Portaria nº 29.470 de 19 de setembro de 2023. Conceder LICENÇA PRÉVIA, válida pelo prazo de 05 (cinco) anos, à QUINTO ENERGY LTDA. 2023. **Diário Oficial do Estado da Bahia**. 20 set. 2023. Disponível em: <<https://dool.egba.ba.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/16714#/p:45/e:16714?find=Quinto%20energy>>. Acessado em: 15 out. 2023.

BARRETO, Flavio Marques Castanho. **Justiça energética e licenciamento ambiental de complexos eólicos nas serras do sertão da Bahia**. 2022. Tese (Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial) - Universidade Federal do Vale do São Francisco. Juazeiro-BA, 2022.

BRASIL - IBGE. Censo 2022: panorama populacional. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=p_ortal>. Acessado em: 20 out. 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências. (LEI KANDIR). **Diário Oficial da União**. 16 set. 1996.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil**. <https://www.cptnacional.org.br/>. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/conflitos-no-campo-brasil>>. Acessado em: 28 nov. 2022.



CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional, 2013. p. 188. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 01 dez. 2022.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional, 2014. p.198. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 08 dez. 2022.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2014**. Goiânia: CPT Nacional, 2015. p.216. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 15 dez. 2022.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2016. p.240. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 22 dez. 2022.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2017. p.232. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 29 dez. 2022.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: CPT Nacional, 2018. p.280. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 07 jan. 2023.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019. p.244. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 14 jan. 2023.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2019**. Goiânia: CPT Nacional, 2020. p.247. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 21 jan. 2023.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021. p.279. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 28 jan. 2023.

CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT Nacional, 2022. p.269. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>. Acessado em: 03 fev. 2023.

DERMEVAL, Diego; COELHO, Jorge A. P. de M.; BITTENCOURT, Ig I. Mapeamento Sistemático e Revisão Sistemática da Literatura em Informática na Educação. In: JAQUES, Patrícia Augustin; SIQUEIRA, Sean; BITTENCOURT, Ig; PIMENTEL, Mariano. (Org.) **Metodologia de Pesquisa Científica em Informática na Educação: Abordagem Quantitativa**. Porto Alegre: SBC, 2020. (série Metodologia de Pesquisa em Informática na Educação, v. 2) Disponível em: <https://metodologia.ceiebr.org/livro-2/>. Acessado em 20 mai. 2022.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. **Guidelines for performing Systematic Literature Reviews in Software Engineering**. EBSE Technical Report 2007-001. School of Computer Science and Mathematics, Keele University and University of Durham. Durham, 2007.

LIMA, Aurilene Rodrigues. **Comunicação de Conflitos: enunciados de caatingueiros atravessados por outros mundos**. 2020. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2022.

NEGREIROS, Gustavo Hees de. Serras da Jacobina e a Proposta da APA Nascentes do Itapicuru. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). **Ecocídio das Serras do Sertão**. ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 317-336.

SANTOS, Rodrigo Salles P. O projeto neoextrativista e a disputa por bens naturais no território: mineração, direitos e contestação social em torno da terra e da água. In: CPT. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Org.). **Conflitos no Campo Brasil 2012**. Goiânia: CPT Nacional, 2013. p. 188. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads/category/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao>

SIQUEIRA, José Alve de; LIRA, Mariana Macário. Conservação das Serras da Jacobina: O Encontro das | flores do Brasil In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno; MARQUES, Juracy. (Orgs.). **Ecocídio das Serras**



do Sertão. ed. 1. Vol. 1. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021. p. 317-336.